



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM  
FACULDADE DE DIREITO – FD  
DEPARTAMENTO DE DIREITO APLICADO



# **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

## **Coisa Julgada**

***Professor Rafael Menezes***

# Conceitos Gerais

**Substantivista**  
*(Kolher)*

**Processualista**  
*(Stein)*

**Carnelutti**  
*Imperatividade*

**Liebman**  
*Imutabilidade*

**Art. 467. Denomina-se coisa julgada material a eficácia, que torna imutável e indiscutível a sentença, não mais sujeita a recurso ordinário ou extraordinário.**

Art. 5º, XXXVI, da CF/88

Garantia Constitucional

Segurança Jurídica

# Exigência Política e Não Propriamente Jurídica

*Eduardo Couture*

## Qualidade

- Não se confunde com os efeitos da sentença

## Chiovenda Liebman

- Eficácia da Sentença
- Imutabilidade de seus efeitos

## Função

- Efeitos relativos às sentenças de se tornarem imodificáveis

# Coisa Julgada

Formal

Material



# Formal

**Imutabilidade dos efeitos no processo em que foi proferida**

**Não impede a rediscussão em outro processo**

**Todos os tipos de sentenças**

# Material

**Imutabilidade dos efeitos em qualquer processo**

**Impede novo provimento jurisdicional em outro processo**

**Apenas nas sentenças extintivas e exaurientes**



Atenção



Preclusão



Litispendência

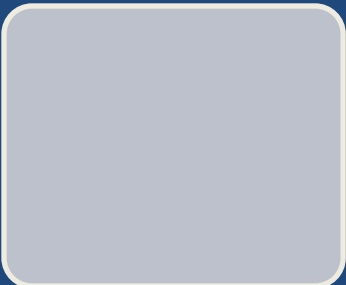


## Somente no módulo de conhecimento

- Não ocorre no módulo executivo



## Não há nos procedimentos cautelares (art. 810, CPC)



## Não se faz no presente nos procedimentos de jurisdição voluntária (art. 1.111, CPC)

# Conflito de Coisas Julgadas

- É possível?
- Como solucionar?

# *Limites Objetivos*

## Limites Objetivos

- a) O que não pode mais ser discutido em outros processos?
- b) **Parte dispositiva**
  - A fundamentação não resta alcançada pela coisa julgada
  - Art. 469, do CPC
- c) **Alimentos e paternidade**

Reputam-se apreciadas as  
matérias deduzidas e as  
dedutíveis

ART. 474, DO CPC

## Ação de Cobrança

- Pagamento

## Ação Declaratória

- Compensação

**REPELIDAS TODAS AS ALEGAÇÕES**



## Reivindicatória

- Usucapião

## Reivindicatória

- Aquisição derivada

**CAUSA DE PEDIR DISTINTAS**

# Justiça da Decisão e Assistente Simples

ART. 474, DO CPC

- Art. 469, do CPC
- Art. 55, do CPC

# Projeto do NCPC

- Ampliação dos limites objetivos
- Questões prejudiciais
- Independente de pedido
- Constitucionalidade incidental?

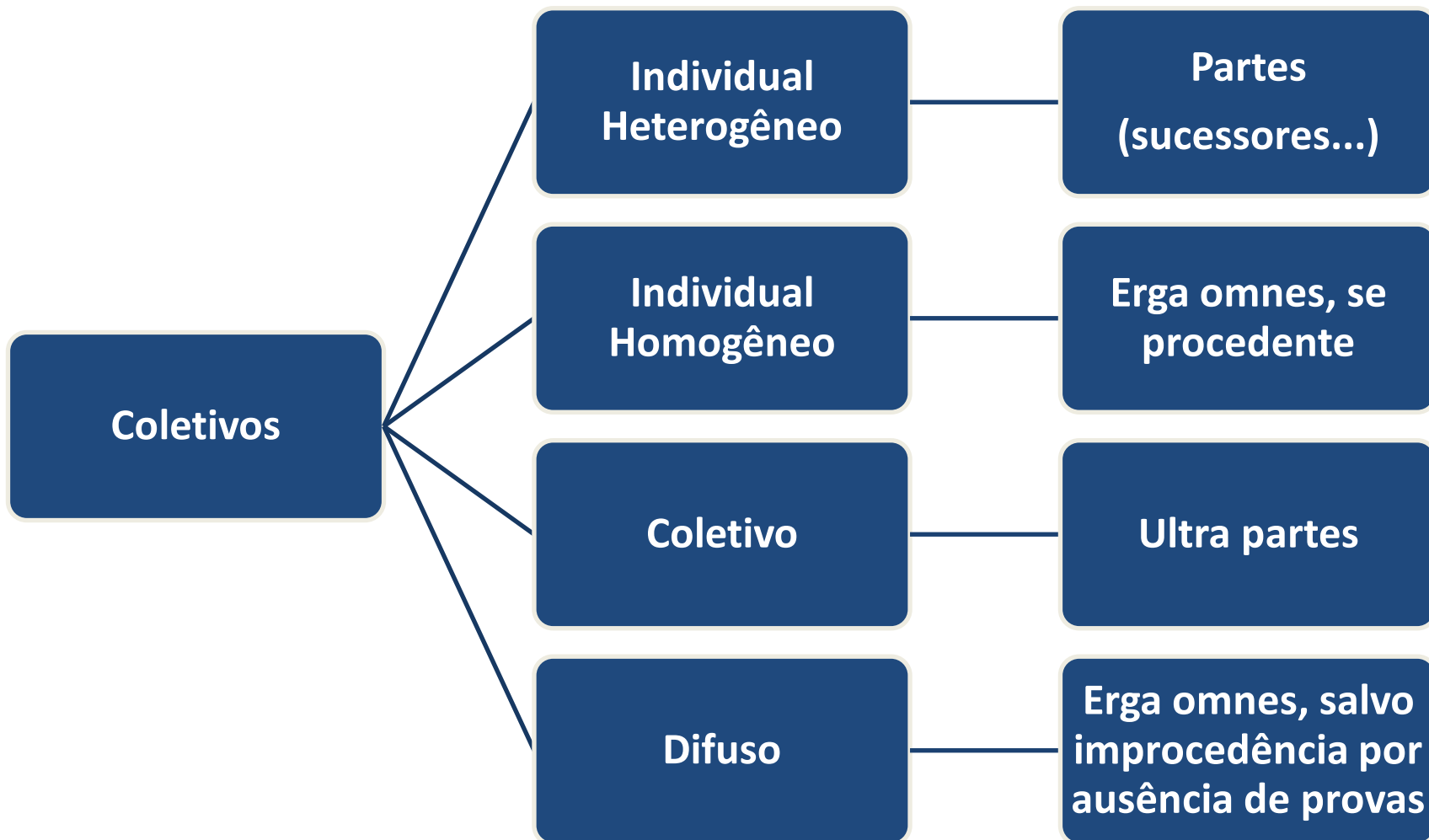
# *Limites Subjetivos*

**Limites  
Subjetivos  
(Art. 472 CPC)**

- a) Para quais pessoas a sentença se torna indiscutível?
- b) Alcança, em regra, apenas as partes (sentido material), não terceiros
  - Art. 472, do CPC
  - Dano causado por preposto
- c) Legitimação Extraordinária
  - Assistência litisconsorcial
- c) Abrange-se o autor, réu, opoente, denunciado, chamado ao processo (NÃO O ASSISTENTE SIMPLES, que fica vinculado à eficácia e não à coisa julgada)

## Limites Subjetivos

- a) A imutabilidade não vincula terceiros, mas a sentença lhes é eficaz.
- b) Embargos de Terceiros
- c) Mandado de Segurança
  - a) Ações Coletivas  
Art. 103, do CDC



# EXCEÇÃO

## *ULTRA PARTES*

**Substituídos**

**Sucessores**

**Legitimação  
Concorrente  
*(solidariedade)***



**Art. 274. O julgamento contrário a um dos credores solidários não atinge os demais; o julgamento favorável aproveita-lhes, a menos que se funde em exceção pessoal ao credor que o obteve.**

**Art. 267. Cada um dos credores solidários tem direito a exigir do devedor o cumprimento da prestação por inteiro.**

**Art. 260. Se a pluralidade for dos credores, poderá cada um destes exigir a dívida inteira; mas o devedor ou devedores se desobrigarão, pagando:**

# Produção da Coisa Julgada

*Pro et  
contra*

*Rebus sic  
standibus*

*Secundum  
eventum  
probationis*

*Secundum  
eventum  
litis*  
Art. 103, III,  
CDC c/c art.  
97, CDC

*rebus sic standibus*

## Contexto e Conceito

- a) A imutabilidade dos efeitos só permanece enquanto os fatos que embasaram a sentença permanecerem os mesmos.
- b) Ação de Alimentos  
(Necessidade + Possibilidade)
- a) Pensão decorrente da prática de ato ilícito  
(art. 475-O, 3º, CPC)
- d) Relações continuativas  
Art. 475, I, do CPC

*Secundum eventum probationis*

**a) A depender do fundamento da decisão, pela improcedência da pretensão, afasta-se a coisa julgada material.**

**b) Improcedência por Insuficiência de prova**  
Art. 16, da Lei n. 7.347/85

Art. 18, da Lei n. 4.717/65

Art. 103, I e II, da Lei 8.078/90

Art. 19, da Lei n. 12.016/2009

# *Relativização*

- a) **“Transforma o errado em certo...o certo em errado”.**
- b) **“Faz existente o inexistente”**
- c) **Princípio da Convivência das Liberdades Públicas**
- d) **Investigação de Paternidade**
- e) **Indenização por Desapropriação**
- f) **Inexigibilidade de sentenças inconstitucionais**  
**Art. 475-L, 1o, do CPC**



# *Observações*

**a) Efeito Positivo**

- Vincular as partes

**a) Efeito Negativo**

- Impedir a rediscussão do já decidido

**b) Art. 467, do CPC**

**c) Distinção entre eficácia e trânsito em julgado**

- Execução Provisória
- Art. 475-O e 521, do CPC

**d) Art. 108, do CDC (Lei 8.078/90)**

- Benefício + Limitação geográfica

- a) **Sentença nacional que homologa sentença estrangeira também pode ficar protegida pela coisa julgada material**
- b) **Coisa Julgada e Tutela Anecipada**  
Requerimento expresso ratificando

## **Ataque à Coisa Julgada**

### **a) Ação Anulatória ou Declaratória de Inexistência**

- Sentenças Homologatórias
- Art. 486, CPC
- Falta de Citação

### **b) Ação Rescisória (art. 485, CPC)**

- Sentenças Definitivas (Desconstituição)
- Qualquer das partes/Terceiro Prejudicado/MP
- Necessidade de novo pronunciamento
- 2 anos contados do dia seguinte ao término do prazo do último dos recursos cabíveis (Decadencial)
- Tribunal Hierarquicamente Superior (Art. 108, I, CF/88)

**Art. 105, I, e, CF/88/Art. 102, I, j, CF/88**

## **b1) Hipóteses**

- Art. 485, CPC**
- Prevaricação (art. 319, CP); Concussão (art. 317, CP); Corrupção (art. 316, CP)**
- Violação a literal disposição de lei (Súmula 343 STF)**
- inciso X = eficácia suspensa (ADI 1.910)**

## **c) Impugnação ao Cumprimento da Sentença**

- Art. 475-L**

## **d) Embargos da Fazenda Pública (art. 741, CPC)**

- a) **Súmula 514/STF**
- b) **Súmula 239/STF**
- c) **Coisa julgada *secundum eventum litis***
- d) **Coisa julgada *ultra partes***
- e) **Coisa julgada *in utilibus***